

## EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA? A PERSPECTIVA DO EMPRESARIADO, DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

Adriana D'Agostini<sup>1</sup>  
Célia Regina Vendramini<sup>2</sup>

---

### Resumo

O artigo debate a Educação do Campo sob a perspectiva do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais. Demonstra que a relação entre as orientações dos organismos multilaterais para as políticas educacionais estão presentes na educação do campo. Uma via é a intervenção do empresariado agrícola nas escolas por meio do trabalho voluntário, projetos de ONGs, oferecimento de vagas por isenção fiscal, além do PRONATEC formado pelo sistema S, evidenciando as parcerias público-privadas. Outra via são as políticas de educação do campo, como o PROCAMPO, o PRONATEC e o Transporte Escolar, que ocorrem por programas e editais de forma descontínua, fragmentada e pragmática. A perspectiva dos movimentos sociais é de resistência e de construção de uma educação diferenciada pelo corte de classe. Porém, a partir das contradições vividas na sociedade capitalista, acabam por pactuar e consensuar pela necessidade de acesso à escola e formação de professores.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Empresariamento da Educação; Políticas de Educação do Campo; Estado; Movimentos Sociais

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação e Pesquisadora e líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho - TMT. Atualmente é professora do departamento EED/CED/UFSC. Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, 88040-970 - Florianópolis, SC – Brasil. Telefone: (48) 37212902. E-mail: [d.agostini@ufsc.br](mailto:d.agostini@ufsc.br)

<sup>2</sup> Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa (2005) e pela Cornell University (2013). É professora associada IV da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Grupo de pesquisa TMT - Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho. Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima, Trindade, 88040-970 - Florianópolis, SC – Brasil. Telefone: (48) 37212902. E-mail: [celia.vendramini@ufsc.br](mailto:celia.vendramini@ufsc.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Há 16 anos atrás, quando se constituía a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, no âmbito da I Conferência Nacional por uma Escola Básica do Campo (1998), tiveram início ações que visavam romper com a formulação e as políticas e propostas denominadas de educação rural. Ao mesmo tempo, buscava-se ampliar as formulações em torno de uma educação e escola vinculada às lutas dos movimentos sociais organizados, o que ficou expresso no I Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária – ENERA, em 1997.

O estabelecimento de um sistema público de ensino para o campo, passa a ser o objetivo de luta de diversos movimentos e organizações do campo, educadores e pesquisadores. Destacam-se as ações educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

De lá para cá, avolumam-se lutas e reivindicações em torno da educação e da escola no campo; experiências em escolas e outros espaços educativos em áreas de reforma agrária, de assentamentos, em associações e cooperativas, em vilas rurais; programas dirigidos à formação de educadores e às escolas do campo; regulamentação da educação do campo; encontros e seminários no âmbito dos movimentos sociais e das universidades (encontros regionais, nacionais e inclusive internacionais); pesquisas e publicações; ações de formação e escolarização como fruto de parcerias entre universidades e movimentos sociais, entre muitas outras iniciativas.

Muito já foi dito e escrito sobre a educação do campo, seus avanços e recuos, suas conquistas históricas para a população do campo, seus limites no que diz respeito à propagação de “saberes” de uma realidade específica, sua vinculação com o aparato do Estado e a dependência das políticas públicas, entre outros temas e problemas. A perspectiva dos movimentos sociais no que diz respeito à educação do campo tem conquistado atenção, porém pouco se refletiu sobre como o empresariado e o Estado têm se apropriado dessa bandeira de luta. É o que pretendemos perseguir neste artigo.

Nossa hipótese é de que a formulação educação do campo, pelo caráter geral e difuso, permite a sua apropriação por diferentes grupos, instituições e interesses, ainda que divergentes. Sabemos da sua origem vinculada às lutas dos movimentos sociais, bem como da necessidade de

expansão da escola no campo, diante do ainda alto número de analfabetos e jovens e adultos com baixa escolarização, e do desafio de romper com uma escola ruralista que visa a subordinação ao desenvolvimento capitalista no campo. Entretanto, observamos os riscos de uma proposição generalista que não carrega em si a marca de classe, que não delimita a quem se dirige ou quais finalidades formativas pretende alcançar.

Nesta direção, desenvolvemos três seções que abordam a relação do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais com a educação do campo. Tomamos como base, cartilhas e publicações de empresas que atuam no campo, documentos que apresentam ações do Estado no que se refere às políticas públicas para a escola do campo, documentos e publicações dos movimentos sociais, particularmente do MST, bem como resultados de pesquisas já desenvolvidas pelas autoras.

## **2 O EMPRESARIADO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Nos últimos anos, discursos de setores privados e empresariais juntaram-se a outras organizações, instituições e movimentos sociais em prol da educação do campo, da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável. São iniciativas sociais e ambientais de responsabilidade social do setor empresarial, por meio de institutos e fundações de empresas nacionais e multinacionais que atuam no setor agrícola.

O Instituto Souza Cruz, fundado e mantido pela empresa produtora de cigarros Souza Cruz, integrante do grupo British American Tobacco, tem manifestado interesse pela educação do campo, como pode ser observado na edição de julho de 2010, da sua revista Marco Social. No ano em que o Instituto completa “uma década de ações educacionais no campo”, a revista “dedica-se a um balanço crítico-reflexivo sobre os avanços e desafios da área em que a organização escolheu atuar”, segundo o diretor do Instituto. (LETTI, 2010)

O estatuto desta edição da revista Marco Social pode ser observado pelas suas matérias: textos de pesquisadores de destacadas universidades brasileiras; entrevista com o ministro da educação à época, Fernando Hadadd, e com o padre Humberto Pietrogrande, fundador do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES, que trouxe ao Brasil a pedagogia da alternância; relatos de experiências de cursos de licenciaturas em educação do

campo nas universidades; além da apresentação de duas iniciativas do próprio Instituto Souza Cruz: a Rede Jovem Rural e o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR).

A Rede Jovem Rural tem propósitos ambiciosos, como o de mapear as organizações que trabalham com educação do campo no Brasil, por meios das relações em rede, ou o de subsidiar políticas públicas, sistematizando e divulgando experiências. O gerente do Instituto Souza Cruz e coordenador da Rede Jovem Rural apresenta na já citada revista Marco Social, o objetivo do projeto de “promover ações de cooperação e defesa conjunta da causa do jovem rural brasileiro, constituindo um espaço para troca de experiências, em especial aquelas focadas no empreendedorismo do jovem e no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais”. (2010, p. 76)

Em 2012, o Instituto Souza Cruz lançou o programa Novos Rurais<sup>3</sup>, com o objetivo de fomentar estratégias de diversificação produtiva e comercial entre jovens que vivem no campo. Uma das etapas do Programa é a formação, com conteúdos complementares aos do Ensino Médio, voltados para a gestão de projetos rurais sustentáveis.

Em linhas gerais, os programas desenvolvidos pelo Instituto visam a “educação para a sustentabilidade do campo”, promovendo o empreendedorismo de jovens rurais, por meio de projetos, alguns deles complementares e em articulação com o ensino formal, e em parceria com diversas instituições. Como sabemos, a Souza Cruz é uma das principais compradoras de fumo no Brasil, dependendo de milhares de agricultores que produzem pelo sistema integrado de produção. Portanto, seu interesse é que o agricultor permaneça no campo e que os jovens deem seguimento à produção de fumo, assim como seus pais. O objetivo de fato é o da sustentabilidade, entretanto a sustentabilidade da empresa e do sistema de integração, com iniciativas que visem “aumentar a produtividade e competitividade tanto dos produtores rurais quanto da Souza Cruz”<sup>4</sup>.

Uma outra empresa com iniciativas sociais, ambientais e educativas nos países onde atua é a Monsanto, uma indústria agroquímica multinacional de agricultura e biotecnologia, situada nos Estados Unidos e líder mundial na produção de herbicida glifosato (marca Roundup). Também é líder na produção de sementes geneticamente modificadas, os chamados transgênicos.

---

3 Disponível em: <http://www.institutosouzacruz.org.br>. Acesso em 16 de julho de 2014.

4 Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br>. Acesso em 16 de julho de 2014.

No Relatório de Ações da empresa desenvolvidas em 2013, são apresentadas as iniciativas de investimentos sociais no Brasil. No que se refere à educação, constam iniciativas vinculadas à ONG Inmed Brasil, à Instituição Cidade dos Meninos, à Instituição Ayrton Senna e à Associação Vida, além do programa de voluntariado dos funcionários da empresa. Os recursos destinados a projetos são constituídos de investimento social privado e patrocínio e de doações incentivadas por isenção fiscal, beneficiando-se das leis de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e do Esporte.

Entre as iniciativas da empresa, observamos ações voltadas diretamente às escolas e professores da rede pública de ensino, como a formação em biotecnologia a professores de ciências e geografia da rede municipal de Petrolina, Pernambuco. Coincidentemente, a empresa se instalou em Petrolina em 2013, com investimentos em tecnologias para a produção de milho, soja, algodão, sorgo e cana-de-açúcar na região. Segundo notícia no site da empresa, o encontro com os professores “foi uma oportunidade para o esclarecimento de dúvidas sobre o projeto, seus objetivos e, também, sobre as atividades que a unidade da Monsanto realiza em Petrolina.” Interessa à Monsanto a formação de futuros profissionais para trabalhar na empresa, vendo a escola e seus professores como canal para tal. “Além da qualificação dos professores para incremento de sua capacidade pedagógica, em curto prazo, os parceiros do projeto Piloto de Educação Continuada em Biotecnologia esperam que a iniciativa desperte o interesse dos alunos nas oportunidades de trabalho cada vez mais comuns nesse setor.”<sup>5</sup>

Uma outra iniciativa de parceira entre setor privado e público são as ações de educação ambiental e revitalização de áreas de nascentes junto à Secretaria do Meio Ambiente da cidade de São José dos Campos, envolvendo alunos, professores e lideranças da Monsanto. Também neste caso, a empresa tem uma unidade no município a preservar e ampliar. Segundo Lígia Izzo, gerente da unidade Monsanto no município, “a empresa é comprometida com a sociedade onde está inserida.”<sup>6</sup>

Como mencionamos acima, a Monsanto apoia algumas iniciativas de Organizações Não governamentais, como o Instituto Ayrton Senna, o qual atua especialmente na área da educação, visando interferir no potencial das novas gerações, com programas que chegam inclusive às redes

---

5 Disponível em: <http://www.monsanto.com/global/br/noticias>. Acesso em 16 de julho de 2014.

6 Disponível em: <http://www.monsanto.com/global/br/noticias/pages/nascente-da-urbanova-recebera-aco-es-de-educacao-ambiental-e-revitalizacao-na-semana-do-meio-ambiente.aspx>. Acesso em 16 de julho de 2014.

públicas de ensino para combater, segundo os propositores, os problemas que impedem o aluno de ter sucesso na escola. Em reportagem sobre a parceria, o diretor de Assuntos Corporativos da Monsanto afirmou: “A área da educação é uma das prioritárias dentro do investimento social da empresa. Isso porque acreditamos que uma educação de qualidade contribui para transformação da realidade social, econômica e cultural da população ao ampliar empregabilidade, renda e inclusão”.<sup>7</sup>

Como vemos, o objetivo da Monsanto é associar suas atividades comunitárias aos seus princípios de negócios, por meio do investimento social corporativo, o qual está direcionado para: agricultura sustentável e biodiversidade, desenvolvimento local sustentável e participação cidadã.

Para manter e fazer crescer seus lucros exorbitantes, a empresa vem controlando a cadeia alimentícia, desde a produção de sementes, impondo o fim da variedade de sementes desenvolvidas pelos próprios agricultores, até a comercialização de pesticidas, inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc. Com o controle do mercado de soja e milho transgênico, além dos pesticidas, ela tem o poder quase absoluto de determinar o preço das sementes e de outros produtos.

Com as inúmeras iniciativas de condenação da produção, da comercialização, das ações e das políticas da empresa em diversos países do mundo, como a “Jornada global de luta contra a Monsanto” iniciada em 2013, a empresa tem buscado fortalecer seus investimentos sociais. Visa, assim, tentar encobrir os gravíssimos prejuízos causados à saúde, ao meio ambiente, à agricultura, à soberania alimentar e aos trabalhadores.

A Souza Cruz e a Monsanto podem ser consideradas dois casos exemplares da crescente “preocupação” dos setores empresariais privados com a educação do campo, a educação ambiental e a educação para o “desenvolvimento sustentável”. Poderíamos indicar outros exemplos, tais como as ações vinculadas a bancos públicos e privadas (Banco do Brasil, Itaú, Santander, Bradesco), ao Sistema ‘S’, como o SENAR, a cooperativas empresariais e outros.

A educação é apresentada pelo setor empresarial como o remédio de todos os males, o meio de corrigir os excessos e as consequências nefastas do modo de produção capitalista. De

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/monsanto-apoia-instituto-ayrton-senna-608>. Acesso em 16 de julho de 2014.

educar as jovens gerações para cuidar do meio ambiente, enquanto o capital é incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade, conforme análise de Meszáros (2002). Não vemos aqui qualquer novidade. Os liberais, como Adam Smith, já propunham soluções moralizantes, vendo a educação como um importante antídoto aos efeitos degradantes do sistema sobre os trabalhadores.

O interesse das empresas pela educação pode ser visto sob vários aspectos. Um deles refere-se à oferta de treinamento, formação e oportunidades empreendedoras visando a permanência dos agricultores no campo, particularmente dos jovens, e sua vinculação não apenas produtiva, mas também social com a empresa. No caso da Souza Cruz, é preciso que os agricultores continuem produzindo tabaco em regime de integração com a empresa. No caso da Monsanto, é preciso que os agricultores continuem produzindo e consumindo seus venenosos e lucrativos produtos.

A tão propalada sustentabilidade, como já afirmado acima, refere-se à sustentabilidade das empresas e sua taxa de lucros, o que coloca como condição a permanência da condição subalterna dos agricultores e pequenos produtores rurais, seja como produtores ou como consumidores. O que implica a subordinação do trabalho ao capital. O fetiche do discurso da sustentabilidade se desvela diante do caráter destrutivo do sistema do capital.

Considerando que nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação, segundo análise de Meszáros (2002), vemos o que há por trás da “preocupação” das empresas com a educação, na medida em que esta se constitui em mecanismo fundamental para garantir a interiorização dos valores capitalistas e, portanto, do modo de produzir e reproduzir a vida sob controle do capital.

As iniciativas educacionais das empresas se realizam por meio de parcerias com ONGs, o chamado “terceiro setor”, e também de parcerias com setores públicos, destacando-se aqui as secretarias de educação, cultura e meio ambiente de governos municipais. Observa-se um regime de colaboração entre entidades públicas e privadas, as quais enfraquecem a presença do Estado nas políticas públicas sociais e fortalecem a presença do Estado no setor privado, por meio de diversos mecanismos, como a isenção de impostos, incentivos fiscais, negociação de dívidas, entre outros.

EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA? A PERSPECTIVA DO EMPRESARIADO,  
DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

Montaño (2005) é um autor que nos ajuda a compreender com profundidade o “terceiro setor” e sua função ideológica e mistificadora do real, observando as transformações do capital que o conduzem a um “novo” padrão de respostas à questão social, segundo os valores da solidariedade voluntária, da auto-ajuda e da ajuda mútua. Segundo o autor, o objetivo é retirar o Estado da responsabilidade de intervenção social e transferi-la para a esfera do terceiro setor.

Por fim, a imagem da empresa e a sua aceitação social é outro elemento que justifica o seu interesse pela educação. Suas iniciativas sociais, ambientais e educacionais são louvadas pela mídia, transformando de forma mágica, uma empresa que produz veneno em uma “empresa do bem”. Como exemplo, apresentamos abaixo uma notícia publicada quando do estabelecimento da parceria entre a Monsanto e o Instituto Ayrton Senna.

Em 2011, a Monsanto investiu mais de R\$ 5 milhões em projetos socioambientais, impactando cerca de 390 mil pessoas, em 90 municípios distribuídos por 12 estados brasileiros. Seu forte compromisso social e ambiental é reconhecido em pesquisas como a realizada pela revista IstoÉ Dinheiro, que a elegeu uma das “50 Empresas do Bem”. Por três anos consecutivos, a companhia também é listada entre “as empresas mais sustentáveis segundo a mídia”, ranking elaborado pela revista Imprensa, a partir de levantamento que aponta as empresas mais presentes no noticiário nacional de maneira positiva em temas como sustentabilidade, responsabilidade social, meio ambiente, recursos humanos e transparência. Além disso, a Monsanto recebeu do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e do Instituto Ethos o índice AAA (o mais alto) de avaliação do grau de responsabilidade social de empresas e organizações.<sup>8</sup>

A preocupação do empresariado com a educação do campo e a sustentabilidade expressa o seu interesse pela educação e escolarização em geral, o qual não é novo, segundo Rodrigues (1998). Ele está presente no Brasil, desde a criação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1938, quando os empresários formulam diretrizes e ações para (con)formação da força de trabalho. A CNI torna-se, após a década de 1980, um dos principais aparelhos privados de hegemonia no Brasil, defendendo com maior ênfase a ampliação da escolarização como um elemento indispensável para o aumento da competitividade da indústria.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/monsanto-apoia-instituto-ayrton-senna>. Acesso em 16 de julho de 2014.

### 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

As políticas públicas e seus documentos acerca da educação do campo estão orientados pelo conjunto das políticas focais e fragmentárias próprias do Estado em sua fase neoliberal, cuja função básica é facilmente identificável com as recomendações dos organismos internacionais: educação como segurança e alívio da pobreza.

Os estudos de D'Agostini (2009), Tilton (2010) e Oliveira (2013) identificam que as políticas de educação e, conseqüentemente, as específicas de educação do campo estão orientadas pelas diretrizes e propostas das agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Banco Mundial, destinadas à educação e que se articulam às políticas de contenção da pobreza como meio de regulação social no Brasil.

A formulação Educação do Campo foi construída juntamente com as políticas de consenso, da década de 1990. Em 1998, os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, a partir da pressão ao governo pelo direito à educação, particularmente uma educação diferenciada vinculada à realidade das áreas de reforma agrária, conquistaram a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Este programa de educação se desenvolveu no interior do INCRA/MDA com forte influência e diálogo com os movimentos sociais do campo. No decorrer do processo, o PRONERA foi sendo enfraquecido politicamente e o seu financiamento diminuiu. Ao mesmo tempo, ampliou-se a bandeira por educação para os povos do campo, o que resultou na terminologia Educação do Campo, com apoio dos Organismos Multilaterais como UNESCO e UNICEF, que apoiaram e fortaleceram o então Movimento Nacional pela Educação Básica do Campo, relativizando o caráter de classe e construindo certo consenso para a implementação de políticas públicas focais.

Neste contexto de discussões, disputas e construção de consenso, em 2002, foram construídas e aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), Resolução CNE/CEB nº1, de abril de 2002. Uma legislação específica e, ao mesmo tempo, genérica que trata de princípios para uma educação no/do campo pensada a partir de sua realidade e suas potencialidades, numa perspectiva desenvolvimentista e sustentável.

EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA? A PERSPECTIVA DO EMPRESARIADO,  
DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

Num segundo momento, criou-se, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD no MEC para tratar das políticas de Educação do Campo no âmbito deste ministério e não mais no INCRA. Neste momento, observa-se uma consonância maior com as diretrizes do Banco Mundial para a educação em torno do slogan “educação para todos”. Esta consonância pode ser constatada em 2008, quando a SECAD/MEC assumiu o programa Escola Ativa<sup>9</sup> como a principal política de educação do campo e a tornou nacional. Este programa é oriundo do BM, que financiou e organizou as séries primárias, de forma multisseriada nas regiões mais pobres do país, por mais de 10 anos.

As próprias Diretrizes para a educação do campo respeitam e correspondem às diretrizes do BM, como uma tática do Estado para atingir as metas de universalização da educação e demais questões pactuadas com estes organismos. Já para os movimentos sociais, avalia-se que foi necessária a produção de um consenso pela necessidade de acessarem a escola e a possibilidade de investimento em formação de professores.

Percebe-se a consonância entre as Diretrizes da educação do campo e as do BM, como por exemplo no artigo que segue:

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2002).

Em 2010, outro passo a frente na legislação, auxilia na consolidação da educação do campo como política pública, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 - Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Este decreto define o que é uma escola do campo e os critérios para a sua identificação, ampliando a abrangência, pois além dos critérios geopolíticos, agora entram em questão, os sujeitos atendidos pela escola e a construção do seu Projeto Político Pedagógico de acordo com as DOEBEC.

---

<sup>9</sup> Ver: Verbete Escola Ativa do Dicionário da Educação do campo em Caldart (In: CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO e FRIGOTTO, 2012, p. 313-323) e o artigo de Ribeiro (2011).

Decorrente deste Decreto que regulamenta a Educação do Campo, criou-se um programa *guarda-chuva*, o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) que, de acordo com a Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, tem como objetivo:

Apoiar técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando a ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2013).

O Programa está estruturado em quatro eixos, a saber: 1) Gestão e Práticas Pedagógicas; 2) Formação Inicial e Continuada de Professores; 3) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e; 4) Infraestrutura Física e Tecnológica. Estes eixos resultam em 16 ações de educação do campo. Dentre elas, destacamos para o debate neste artigo, o PROCAMPO (Licenciaturas em Educação do Campo), o PRONATEC e o Transporte Escolar.

O PROCAMPO é o programa destinado a oferecer e apoiar cursos de formação inicial em forma de licenciaturas para atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio. Ele é fomentado via editais, dos quais as Instituições de Ensino Superior submetem propostas de acordo com a legislação e as normas do edital em questão. Estas licenciaturas estão organizadas de forma flexível, local, voltadas ao desenvolvimento sustentável territorial. Para garantir acesso e permanência dos estudantes do campo, os cursos são organizados em regime de alternância entre tempo universidade e tempo comunidade e por áreas de conhecimento, a saber: ciências da natureza, matemática, linguagens e códigos, ciências humanas, ciências agrárias.

Com o discurso de modernização e flexibilização, de superação da educação tradicional e de interdisciplinaridade por meio da organização por áreas de conhecimento, o Programa iniciou com 4 projetos pilotos em 2008 e hoje abrange um universo de 43 cursos em andamento no país, alguns permanentes e muitos no formato de 'turmas especiais', além de cursos pela Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Estudos de Araújo (2007), Machado e Vendramini (2013), Tilton (2010), D'Agostini (2009) e Oliveira (2013) demonstram a fragilidade e contradições destas propostas e políticas. As críticas apontam que juntamente com a flexibilização dos cursos e currículos, há um processo de precarização e aligeiramento da formação inicial, por exemplo, a área de Ciências da Natureza

corresponde às disciplinas de química, física e biologia para a educação básica. Assim, em apenas 4 anos, forma-se um professor flexível, pois na escola ele pode atuar em qualquer das disciplinas correspondentes de sua área.

O PRONATEC Campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) foi criado em 2011 e hoje é o principal programa do governo para formação dos jovens, sejam do campo ou da cidade. As parcerias para esta formação técnica profissional se dão por meio da oferta de cursos pela Rede Federal e Estaduais de Formadores e principalmente pelo Sistema 'S': SENAC, SENAI, SENAR, SENAT. O programa apresenta 3 tipos de ações:

1) Expansão da oferta de cursos voltados ao desenvolvimento do campo na Rede Federal e Redes Estaduais de Formadores, SENAC, SENAI, SENAR, SENAT, por meio de cursos técnicos de duração de um ano para quem concluiu o ensino médio e necessita de formação profissional. Os cursos ofertados podem ser de mecânico, pintura artesanal, cabeleireiro, vendedor, eletricista, informática, inglês, etc.

2) Expansão de cursos de qualificação profissional específicos para o campo, por meio do e-Tec, destinado a quem ainda está cursando o ensino médio ou trabalhadores em geral que necessitam de uma qualificação técnica. Estes cursos, em sua grande maioria, são cursos rápidos para, minimamente, qualificar os sujeitos para um emprego, como por exemplo: manicure, cabeleireiro, encanador, pedreiro, maquinista, padeiro, vendedor, eletricista, informática, inglês, etc. Em uma busca no catálogo<sup>10</sup> de cursos do PRONATEC é visível que a maior oferta é pela parceria com o sistema 'S' e que mesmo nos municípios do interior, com alto índice de desenvolvimento agrícola, os cursos são de serviços gerais e não necessariamente voltados ao trabalho do campo. No catálogo, há a apresentação dos cursos para a área da agricultura e recursos naturais, porém estes não estão sendo ofertados pelas redes formadoras.

3) Bolsa-formação Pronatec para estudantes e trabalhadores rurais, como forma de incentivo à permanência e conclusão do ensino médio e de formação profissional.

Analisamos que o PRONATEC e as ações de educação do campo por parte do empresariado, têm incorporado o que Neves (2011) denomina de “privatização de novo tipo”, ou seja, através das parcerias público-privadas como uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos\\_tecnologicos.php](http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos_tecnologicos.php). Acesso em 29 de julho de 2014.

em que o Estado financia o privado através de isenções, o privado direciona e atua no público através da venda de serviços ou ações de responsabilidade social, como pode ser constatado nos exemplos da atuação do empresariado, na educação do campo e ambiental no item anterior. Neves<sup>11</sup> ainda alerta para o significado da mudança de slogan de “educação para todos” para “todos pela educação”, ou seja, no período do primeiro slogan foram elaboradas as DOEBEC e houve certa ampliação da oferta educacional a fim de abarcar todos os povos do campo e aumentar o índice para a pretensa universalização da educação. Já no segundo slogan, são visíveis as parcerias público-privadas e a ampliação do empresariado sobre a educação, sendo agora todos responsáveis pela educação, não centralizando esta tarefa no Estado.

O fenômeno do empresariamento na educação do campo, também é constatado nos estudos de Lima (2012), a qual afirma que, no caso do PRONATEC, isto fica evidenciado quando o governo destina:

parte do fundo público por meio de bolsas de estudo para o setor privado e o Sistema “S”. [...] indica nos seus resultados que a expansão da rede federal de Educação Profissional e o acesso ao Ensino Médio como direito social está ameaçado por uma estratégia privatizante e mercantil de atendimento às demandas econômicas e pressões sociais por mais vagas no Ensino Técnico. (Lima p.73, 2012).

Outra contradição apontada por Lima (2012) diz respeito ao objetivo de integrar o Ensino Médio à formação técnico-profissional, porém há uma disparidade na carga horária proposta, pois a maioria dos cursos técnicos oferecidos correspondem a 160 horas, tornando-se um apêndice e não uma forma integrada de escolarização e formação técnica.

O PRONATEC Campo representa a perspectiva empreendedora e empresarial para os jovens do campo, uma formação voltada para o mercado local. Com cursos rápidos, técnicos e currículos flexíveis e pragmáticos orientados pelo sistema 'S' para um emprego precarizado e não necessariamente voltado ao trabalho no campo.

Outra política em evidência é o transporte escolar, um grande projeto para as escolas rurais, segundo entrevista do ex-ministro do MEC Fernando Hadadd à Revista Marco Social da Souza Cruz. A política em desenvolvimento é a da nucleação intracampo por meio do transporte

---

<sup>11</sup> Debate realizado na Conferência de Abertura do Seminário Preparatório para o Encontro Nacional de Educação – Regional Sul do ANDES-SN, em Florianópolis-SC, no dia 10 de julho de 2014.

escolar, a Resolução Complementar CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 em seus artigos 3º e 4º anuncia:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.

Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e que as crianças sejam transportadas do campo para o campo. (BRASIL, 2008).

O Programa objetiva apoiar os sistemas de ensino através da garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes. As metas do programa preveem a entrega de lanchas, bicicletas e capacetes e ônibus escolar.

Nos locais em que temos visitado escolas do campo, podemos afirmar que tem ocorrido um processo de nucleação intracampo, porém as distâncias percorridas pelos estudantes são imensas. As condições dos ônibus e das estradas são de calamidade, as licitações são de responsabilidade das prefeituras municipais e é comum encontrar ônibus com pneus desgastados, com pouco combustível, sem bancos, sem cintos de segurança, em sua maioria estão lotados e não garantem segurança aos estudantes transportados.

Consideramos contraditório termos políticas que anunciam a ampliação e a universalização da educação, bem como o aumento de investimentos num contexto de fechamento de escolas. O censo escolar de 2013, demonstra o fechamento de 103.328 escolas no Brasil, a maioria no campo. Esse número é um contrassenso com o que definem as políticas de educação do campo.

Outra contradição visível por parte do Estado, em pleno desenvolvimento da política de consenso e na busca da legitimidade através das Conferências Nacionais, foi adiar a Conferência

Nacional de Educação que aconteceria em 2014. Sobre estas contradições e posições políticas, o MST publicou uma carta<sup>12</sup> repudiando o adiamento da referida conferência e também posicionando-se contra a destinação dos recursos públicos para o Sistema 'S' via Pronatec.

Como podemos evidenciar acima, as políticas de educação do campo ocorrem na perspectiva de políticas focais, por intermédio de programas e editais que não garantem continuidade das atividades. A apresentação dos programas PROCAMPO, PRONATEC e Transporte Escolar demonstram uma relação das políticas de educação do campo com as políticas educacionais em geral e o direcionamento para o projeto educacional do capital por meio da flexibilização, fragmentação e precarização da formação humana, tanto em nível do ensino superior, quanto técnico profissionalizante.

Concordamos com Titton (2010, p. 208) quando evidencia “que um dos limites centrais impostos à educação do campo decorre de seu aprisionamento na política, especialmente, via políticas do Estado e de governo”, distanciando-se cada vez mais, do caráter de classe evidenciado na luta dos movimentos sociais por educação.

#### **4 AS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra carrega em seu nome e em sua origem, a marca de classe. É um movimento de trabalhadores que expressa a histórica e atual concentração de terras, de riquezas, de conhecimentos e de tecnologias. Em suma, expressa a voracidade da acumulação capitalista, num contexto de crise profunda do capital, que o leva a sofisticar seus mecanismos de exploração do trabalho, de apropriação dos recursos naturais, de grilagem, compra e arrendamento da terra, de financeirização e transnacionalização da economia, por meio do agronegócio e de ruptura de barreiras territoriais para a produção e o consumo.

Nesse contexto, fica cada vez mais difícil e limitado compreender o MST e outras organizações de trabalhadores como movimentos localizados, rurais, delimitados geograficamente, quando eles são produto de movimentos históricos e espaciais do capital. Nesta

---

12 Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15674>. Acesso em 27 de julho de 2014.

direção, Silver (2005) desenvolve uma análise de longo prazo e em perspectiva mundial, observando a dinâmica de recriação das contradições entre capital e trabalho. Tal dinâmica implica na expansão industrial do capital (por meio de realocação geográfica da produção, de criação de novas linhas de produção menos sujeitas à competição e ao conflito, de deslocamento do capital da produção para as finanças e especulação e de soluções tecnológicas e organizacionais) seguida de movimentos trabalhistas fortes.

Neste contexto, a designação *Novos Movimentos Sociais* é insuficiente para compreender a natureza não só do MST, mas também do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e outros. Alain Touraine (1999) refere-se à formação de novos atores sociais autônomos, em relação aos partidos políticos, aos sindicatos, à organizações que propõem um projeto social de futuro e de articulação entre diferentes movimentos.

Por um lado, é importante e necessário que os movimentos sociais mantenham a autonomia e a independência, especialmente em relação aos governos, que exercitem a organização democrática e participativa. Por outro lado, não há qualquer possibilidade de sucesso e conquistas fundamentais nas lutas localizadas, setorializadas, sem uma capacidade de articulação com outras lutas e movimentos sociais. O capital é cada vez mais globalizado e sua expansão pressupõe a superação de fronteiras. Desta forma, o seu enfrentamento implica lutas globais, articuladas, que impliquem a associação de jovens, de mulheres, de trabalhadores de diferentes nacionalidades e etnias, visando a criação de uma alternativa global.

O MST é exemplo de um movimento social de massa, com formas de luta originais, que mantém lideranças fortes e um projeto político de transformação social, aliado com experiências de produção e de educação avançadas, nos limites desta sociedade. É um movimento que preserva a autonomia, mas que busca articular sua luta com movimentos em âmbito mundial, como é o caso da Via Campesina.

É importante e necessário conhecer a natureza e as características específicas dos trabalhadores ligados à atividade agrícola, ao trabalho e à vida no campo, seja como assalariados rurais, permanentes e temporários, arrendatários, pequenos agricultores e outros. O desafio, entretanto, é compreender o que os une ao conjunto dos trabalhadores, o que há em comum entre

eles, em termos de produção e reprodução da vida. Evita-se assim secundarizar ou até mesmo retirar de cena, categorias como classe trabalhadora, luta de classes, trabalho e capital.

Para Miliband (1999), a noção de que a classe trabalhadora está diminuindo, repousa sobre um grande equívoco quanto ao significado do termo. O componente industrial, manufatureiro, da classe operária está de fato diminuindo, mas a classe operária como um todo, as pessoas cuja *fonte de renda* exclusiva é a venda da sua força de trabalho (ou que dependem sobretudo da folha de pagamento do Estado), cujo nível de renda situa-os nos 'grupos de renda' baixa ou inferiores, cujo *poder e responsabilidade individual no trabalho e fora dele* é baixo ou virtualmente inexistente – essa classe de pessoas tem aumentado, e não diminuído, com o passar dos anos.

Na mesma direção, Silver (2005, p. 34) observa a transformação permanente da classe operária e da forma de conflito trabalho-capital. “A percepção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos, continuamente, nos fornece um antídoto importante contra a tendência comum de sermos rígidos demais ao especificarmos quem faz parte da classe trabalhadora.”

A autora sugere que fiquemos atentos para sinais emergentes de uma nova formação da classe trabalhadora, assim como de um “contra-ataque” daquelas classes trabalhadoras que estão sendo “desfeitas”.

Concepções teóricas que dificultam compreender com radicalidade as forças em luta nesta sociedade, aliadas com condições objetivas difíceis que empurram os movimentos para ações imediatas e pontuais, dada a necessidade de produção e reprodução da vida da base que os compõe, conduzem a um distanciamento entre os objetivos táticos e estratégicos de luta.

Isso traz como consequência, propósitos educativos e escolares que, da mesma forma, se desprendem de objetivos formativos humanísticos, no sentido atribuído por Gramsci (1989), de não ter finalidades práticas muito imediatas. As históricas polarizações entre escola neutra e escola de classe, entre os interesses individuais e os coletivos, entre o conteúdo da universalização e da particularização, entre conteúdo e forma escolar, continuam atuais.

A educação do campo, como vem sendo apresentada, hegemonicamente, não abre espaço para problematizar os antagonismos e as polarizações acima referidas, ao tender para uma educação com conteúdo particularista (do campo), mas que, contraditoriamente, tende para um

ensino geral e unificador (da população ou dos povos do campo). Sabemos que os liberais defendem, desde a Revolução Francesa, a unificação do ensino, num contexto em que a produção é social e universal, mas em que a apropriação dos resultados da produção é privada e controlada politicamente. De acordo com Machado (1991), a unificação escolar só é possível, à medida que forem eliminadas as condições geradoras da diferenciação e da desigualdade social.

A tão propalada unificação escolar, na perspectiva dos liberais, implica a unidade da escola burguesa, ou melhor, a subordinação ao processo de divisão capitalista do trabalho. Ela comporta a padronização necessária à integração de todos à ordem burguesa, seja pela difusão de conhecimentos básicos à vida social, seja pela cooptação político-ideológica. (MACHADO, 1991)

Além disso, a burguesia tenta desarticular as diversas experiências autônomas de educação desenvolvidas pela classe trabalhadora. É o caso das experiências educativas do MST. Alguns exemplos evidenciam isso, como o fechamento das escolas itinerantes pelo governo e pelo ministério público do estado do Rio Grande do Sul em 2008; a criação de mecanismos para dificultar, retardar ou mesmo impedir o funcionamento de cursos voltados para os movimentos sociais em universidades públicas brasileiras; a criminalização de escolas de formação política do Movimento; entre muitos outros.

O MST, desde os seus primeiros acampamentos e assentamentos vem defendendo e buscando materializar uma “escola diferente” para atender os filhos dos trabalhadores que se juntam ao Movimento. Ainda que o termo “diferente” possa não ser preciso quanto à educação que se pretende, ele significa a negação da escola burguesa “para todos” e a afirmação de uma educação e escola diferenciada. Sabemos que a educação não pode ser a mesma para todos, se não forem suprimidas as causas da desigualdade social.

Nesta direção, justifica-se a defesa de uma educação diferenciada (diferenciada da educação capitalista) para a classe trabalhadora, visando a sua elevação cultural e a vinculação orgânica às lutas sociais. A trajetória de 30 anos do MST, revela os avanços e também as dificuldades de conduzir experiências educativas e escolares no âmbito de um projeto de sociedade.

Entre as ações educacionais acumuladas pelo Movimento, neste período, podemos fazer referência às escolas itinerantes no interior dos acampamentos e àquelas montadas nos

congressos e encontros do MST, nos cursos de formação, em praças públicas, em rodovias e outros locais. Elas corajosamente estão presentes nos espaços de maior tensão e radicalidade da luta do Movimento e, portanto, talvez sejam as mais sujeitas à perseguição, criminalização e tentativas de descontinuidade.

Podemos mencionar algumas experiências: a Escola Nacional Florestan Fernandes, construída e mantida por meio do trabalho voluntário militante, como espaço de formação política de matriz internacionalista, ao agregar ativistas de movimentos sociais de diferentes países, predominantemente, da América Latina; o Instituto de Educação Josué de Castro, administrado de forma autogestionária, busca articular a formação escolar, técnica e política nos cursos de formação de professores, de agentes de saúde e de administradores de cooperativas; as escolas localizadas nos assentamentos e seu desafio de ensinar, a partir da articulação com o trabalho e a vida dos assentados; os cursos de graduação e de pós-graduação em parceria com universidades, os quais provocam o ingresso de jovens trabalhadores nas melhores universidades públicas do país e favorecem importante troca de experiências com estudantes universitários não vinculados aos movimentos sociais.

Além dos inúmeros obstáculos externos para dificultar ou impedir tais experiências, por vias midiáticas, burocráticas e legalistas, pela cooptação e pela coerção, outros tantos obstáculos internos são observados. A ilusão da educação como solução para muitos problemas que não são de natureza educacional é muito comum, aproximando-se dos ideais utópicos e até mesmo liberais. A “escolha” por uma formação específica, técnica, profissional, em detrimento de uma formação geral e humanista é outro risco, muito comum, diante de contextos de crise que empurram a classe trabalhadora organizada para saídas imediatas e pontuais. A desvinculação das pautas e reivindicações de um projeto futuro de educação e de sociedade perde de vista a necessidade da revolução. Nesta direção, uma das questões levantadas por Pinassi (2014) no VI Congresso do MST, é fundamental: “Para o MST, a luta pela terra constitui um fim ou uma mediação, uma continuidade ou uma ruptura com a ordem estabelecida pelo capital?”

Por fim, consideramos que a proposição educação do campo também pode se constituir num obstáculo para a radicalização das lutas e experiências de formação no interior do MST. Ao mesmo tempo que ela contribui para ampliar os debates, pesquisas, ações e políticas dirigidas para a população do campo, apresentando-a como um problema social, no cenário político

brasileiro, contribui também para que o MST se desprenda dos seus propósitos iniciais, de uma educação diferente ou diferenciada para os trabalhadores e seus filhos.

## 5 CONCLUSÕES

A partir da análise realizada acerca das proposições para a educação do campo, por parte dos empresários, do Estado e do MST, podemos afirmar que há o predomínio da perspectiva do empresariamento e do Estado, para uma educação técnica, frágil e fragmentada, formando um trabalhador raso, flexível e pragmático. A contraposição a esta posição são de iniciativas de formação por parte do MST e de outros movimentos sociais organizados, tendo como base um projeto político com caráter de classe e as lutas pela terra e pela reforma agrária.

Neste jogo de forças é evidente que o capital, mesmo em crise, ainda é hegemônico e direciona a formação para o mercado de trabalho e para o empresariamento / mercadorização da educação em todos os níveis e modalidades. No âmbito da educação do campo, que surge da pressão dos movimentos sociais, esta é incorporada e aprisionada na política por meio da formação do consenso. Programas como PROCAMPO, PONATEC e Transporte Escolar demonstram estas forças em luta.

Constatamos que, apesar das políticas e programas aqui apresentados serem uma tentativa para aumentar os anos de escolarização dos brasileiros, diminuir o analfabetismo, ampliar as vagas de ensino médio e de cursos profissionalizantes e/ou superiores, os índices de desenvolvimento social permanecem alarmantes. É um contrataste visto que, ao mesmo tempo, em que se amplia o financiamento e o número de vagas nas escolas, também se avolumam os problemas sociais e a pobreza que imperam no Brasil.

Por fim, avaliamos que a formulação e proposição educação do campo, em seu sentido genérico, enfrenta limites diante dos desafios da formação e da escolarização dos filhos dos trabalhadores que vivem no campo. É preciso perguntar: para qual campo e para qual população a formação está dirigida? E qual a finalidade formativa das escolas do campo? No nosso ponto de vista, falta ao debate, o corte de classe. Defendemos a mobilização, enquanto produção teórica e intervenção política, em torno de uma educação do campo para a classe trabalhadora. Uma

educação que seja, ao mesmo tempo, universal e clássica, mas também crítica e diferenciada em relação à educação capitalista.

---

**FIELD OF EDUCATION EDUCATION OR WORKING CLASS? PERSPECTIVE  
OF ENTREPRENEURS, STATE AND SOCIAL MOVEMENTS ORGANIZED**

**Abstract**

The paper discusses the rural education from the perspective of entrepreneurs, state and social movements. It shows that the relationship between the guidelines multilateral agencies for educational policies is present in rural education. One way is intervening the agricultural entrepreneurship in schools through volunteering, NGO projects, jobs by offering tax exemption, besides the PRONATEC formed by System S, demonstrating public-private partnerships. Another way is rural education policies, like the PROCAMPO, PRONATEC and school transport, that take place by programs and public notices that are discontinuous, fragmented and pragmatic. The perspective of social movements is of resistance and building a differentiated education by cutting off classes. However, from the contradictions of the capitalist society, they end up agreeing about the need for access to education and training of teachers.

**Keywords:** Rural Education; Entrepreneurship of Education; Policies for Rural Education; State; Social Movements

---

**EDUCACIÓN CAMPESINA O EDUCACIÓN DE LA CLASE OBRERA? LA  
PERSPECTIVA DE LOS EMPRESARIOS, DEL ESTADO Y DE LOS MOVIMIENTOS  
SOCIALES ORGANIZADOS**

**Resumen**

El artículo aborda la educación campesina desde la perspectiva empresarial, del Estado y los movimientos sociales. Muestra que la relación entre las directrices de los organismos

multilaterales para las políticas educacionales están presentes en la educación campesina. Un camino es la intervención del sector de los empresarios de la industria de la agricultura a través de las escuelas, del trabajo voluntario, proyectos de las ONGs, ofreciendo exención de impuestos, más allá PRONATEC formado por el sistema S, destacando las relaciones público-privadas. Otro camino es lo de las políticas de educación campesina, como PROCAMPO, el PRONATEC y Transporte Escolar, que ocurren a través de programas y editales públicos pero de forma discontinua, fragmentada y pragmática. La perspectiva de los movimientos sociales es la resistencia y la construcción de una educación diferenciada clasista. Sin embargo, a partir de las contradicciones de la sociedad capitalista, terminan acordando y consensuando debido a la necesidad de acceso a la escuela y la formación docente.

**Palabras clave:** Educación Campesina; Mercantilización de la Educación; Políticas Educacionales Campesinas; Estado; Movimientos Sociales

---

#### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Nalva R. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST*. 2007. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº1, de abril de 2002, Brasília-DF, 2002.
- BRASIL. Resolução Complementar CNE/CEB nº2, de 28 de abril de 2008, Brasília-DF, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, Brasília-DF, 2010.
- BRASIL. Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, Brasília-DF, 2013.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: FIOCRUZ, Ed. Expressão Popular, 2012.
- D'AGOSTINI, Adriana. *A Educação do MST no contexto educacional brasileiro*. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

D'AGOSTINI, A.; VENDRAMINI, C. R.

GRAMSCI, Antonio. A organização da cultura. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7.ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Educação do campo. *Revista Marco Social*. Disponível em: [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8LRQAQ?opendocument&SKN=1](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8LRQAQ?opendocument&SKN=1). Acesso em: 17 dez. 2014.

LETTI, Dante. “Dez anos pela educação do campo”. *Revista Marco Social*, Rio de Janeiro: INSTITUTO SOUZA CRUZ, v. 12, n. 1, jul. 2010, p. 3. Disponível em: [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS\\_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8LRQAQ?opendocument&SKN=1](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/INS_8BFK5Y.nsf/vwPagesWebLive/DO8LRQAQ?opendocument&SKN=1). Acesso em: 17 dez. 2014.

LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do Governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEMs. *Revista Trabalho & Educação*, Belo Horizonte: UFMG, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.2012. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/791>. Acesso em: 17 dez. 2014.

MACHADO, Lucília R. S. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

MACHADO, I.F.; VENDRAMINI, C.R. Políticas públicas para a educação do campo: da necessidade aos limites. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, São Paulo: UNESP, v. 8, 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6470>. Acesso em: 17 dez. 2014.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

MILIBAND, R. Análise de classes. In: GIDDENS, A.; TURNER, J (Orgs.) *Teoria social hoje*. Trad. de Gilson C. C. de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15674>. Acesso em: 27 de jul. 2014.

NEVES, Lúcia M. W. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. *Revista Perspectiva (UFSC)*, Florianópolis: UFSC. v. 29, 2011. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7WloFOauDKAJ:https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2011v29n1p229/19422+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 dez. 2014.

EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA? A PERSPECTIVA DO EMPRESARIADO,  
DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS

OLIVEIRA, Caroline M. *As relações contraditórias entre MST e Estado na criação e implementação de políticas para a Educação do e no Campo no Estado do Paraná, a partir de 1990*. 2013. 328 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2013.

PINASSI, Maria Orlanda. *Balanço dos 30 anos do MST*. Correio da Cidadania, 24 de fevereiro de 2014.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo e escola ativa: contradições na política educacional no Brasil. *Educação em Revista*, Marília: UNESP, v.12, n.2, 2011. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/2485/2022>. Acesso em: 17 dez. 2014.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. Trad. de Fabrizio Rigout. São Paulo: Boitempo, 2005.

TITTON, Mauro. O limite da política no embate de projetos da educação do campo. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TOURAINÉ, Alain. Novos movimentos sociais. In: \_\_\_\_\_. *Como sair do liberalismo?* Trad. de Maria L. Loureiro. São Paulo: EDUC, 1999.

**Data de recebimento. 17/09/2014**

**Data de aceite. 25/10/2014**